*Artigo

O ensino infantil agora é também obrigatório, a partir dos 4 anos. Será que a brincadeira começará a ser levada a sério?

Em abril de 2013, a presidente Dilma Rousseff sancionou a Lei nº 12.796, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996. Entre as principais mudanças propostas no documento, estão que pais ou responsáveis passam a ser obrigados já neste ano a matricular as crianças na escola mais cedo, com quatro anos de idade, e nela garantir sua permanência até os 17. A determinação antecipa a obrigação em dois anos, já que, até então, os pais deviam matricular os pequenos a partir dos 6 anos, sendo que o ensino fundamental era a única fase escolar obrigatória. E os Estados e municípios terão até o ano de 2016 para garantir a inclusão dessas crianças na escola pública.

Ainda como parte das novidades da lei está a regra de que haverá controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, antes restrito aos ensinos fundamental e médio. Agora, passa a ser exigida a presença de pelo menos 60% do total de horas na pré-escola, enquanto que para os maiores a frequência mínima obrigatória é de 75%. A lei define, também, que 'haverá avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental', mas sem reprovação nessa primeira etapa de ensino.

É claro que a iniciativa é válida, porque reforça o compromisso da família com a educação já na pré-escola e a importância de valores como pontualidade e assiduidade, que devem ser ensinados desde cedo. Porém, só controlar, sem nenhuma proposta educativa a respeito do valor de se frequentar regularmente a escola ou até mesmo uma medida punitiva, em casos mais sérios, não faz sentido. E por que definir a frequência mínima em 60%? Se 75% já é pouco para os alunos maiores, visto que implicitamente passamos o recado de que de cada 100 aulas que damos, 25 são dispensáveis, o que dizer quando o índice é ainda menor?

A educação infantil, assim como as outras etapas da educação básica, tem currículo e objetivos, sendo o principal deles o desenvolvimento integral da criança até os cinco anos de idade, em conjunto com a família e a sociedade. Portanto é essencial a presença constante do aluno para que sejam realizadas as atividades propostas e para que ele construa desde cedo suas relações sociais "além casa", incluindo aí os professores e as outras crianças.

É essencial garantir o acesso cada vez mais cedo da criança ao ambiente escolar, porque são nos primeiros anos de vida que ela mais aprende e se desenvolve. Porém, ao ser tão permissivo em relação às faltas, é como se disséssemos às famílias que praticamente metade das aulas que damos são inúteis, quando, na verdade, cada minuto na escola, seja dentro ou fora da sala de aula, é essencial para o desenvolvimento da criança. Isso porque, contando em dias, a lei permite que o aluno falte até 80 vezes em seus 200 dias letivos, o equivalente a se ausentar duas vezes por semana durante 10 meses de aula.

A parte positiva da lei é que ela também fixa um prazo de seis anos para que os novos professores da educação básica com formação em nível médio na modalidade normal, sem curso técnico, concluam seu curso de licenciatura de graduação plena, em nível superior. Esse é um bom incentivo à capacitação dos professores, visto que a principal forma de qualificar a educação é valorizar o docente. Claro que caberá ao governo adotar mecanismos para facilitar o acesso e a permanência dos docentes nos cursos superiores - por meio da concessão de bolsas de iniciação à docência, por exemplo -, além de também garantir a formação continuada dos profissionais já formados via cursos de educação profissional ou de pós-graduação.

Infelizmente, a educação em nosso país tem sido fortalecida de trás para frente, do ensino superior à educação infantil. Temos universidades de excelência, enquanto nossas crianças e jovens ainda estudam em escolas com péssima infraestrutura, professores mal pagos e sem laboratórios e bibliotecas. Já passou da hora de voltar os olhos para a infância, atacando, de uma vez por todas, a origem de todas as doenças: a falta de prioridade com que nós, como nação, sempre tratamos a educação de nossas crianças e jovens.

Francisca Paris é pedagoga, mestra em Educação e diretora de serviços educacionais da Editora Saraiva

Diário da Serra

O DIA-A-DIA DA NOTÍCIA

Propriedade da Gráfica e Editora Diário da Serra Ltda - ME
ISSN 2238-6467
FUNDADO EM 11 DE NOVEMBRO DE 1996
Edição on-line desde 06 de setembro de 1997

ENDEREÇO
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Jardim do Lago II • Tangará da Serra - MT CEP: 78300-000
Fone (65) 3326-4724 Fax 3326-6501

CIRCULAÇÃO
Tangará da Serra, Nova Olímpia, Denise, Arenápolis, Nortelândia, Nova Marilândia, Santo Afonso, Barra do Bugres, Campo Novo do Parecis e Sapezal
Tiragem total: 1,5 mil exemplares

ADMINISTRATIVO
DIREÇÃO GERAL
Mano Reski
mano@diariodaserra.com.br
DIREÇÃO ADMINISTRATIVA
Silvana Tormes
REDAÇÃO
DIREÇÃO DE JORNALISMO
Fabíola Tormes
CONTATO
DEPTO. DE ARTES
Gean Michel Lourenço Costa
Renan Bezerra do Nascimento
Reinaldo Manarim Neto
CONTATO

DEPARTAMENTO COMERCIAL
PUBLICIDADE E ASSINATURA
Diário da Serra Editora e Publicadora Ltda
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Sala 01
CNPJ 10.285.184/0001-37
PUBLICIDADE LEGAL
E. Tormes & Cia Ltda-ME
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Sala 02
CNPJ 14.048.120/0001-07
GRÁFICA
Gráfica e Editora Diário da Serra Ltda - ME
Av. Tancredo Neves, 1247-W
CNPJ 01.828.544/0001-09
CONTATO
diariodaserra@terra.com.br
65 3326-4724

CENTRAL DO ASSINANTE: 65 3326-6501
www.diariodaserra.com.br

*Curtas

Ministros visitam Nortelândia

A convite do prefeito municipal de Nortelândia, Neurilan Fraga, dois ministros de estado do Governo Dilma estarão no município nesta terça-feira, 29, quando se reunirão com prefeitos, vereadores e secretários municipais dos municípios vizinhos. A agenda foi definida na última semana quando o Chefe do Poder Executivo Municipal esteve em Brasília com os Ministros da Pesca e Aquicultura, Eduardo Lopes e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Neri Geller. Na oportunidade, Neurilan Fraga tratou da liberação dos recursos do Projeto Estruturante da Piscicultura que irá beneficiar centenas de produtores dos municípios da região, principalmente as famílias que estarão envolvidas no processo em Nortelândia, onde será construído um frigorífico para abate de peixes e será desencadeado todo o processo de desenvolvimento da cadeia da piscicultura. Na reunião ficou acordado que nos próximos dias será liberada a primeira parcela do convênio de pouco mais de R$ 15 milhões de reais para a elaboração dos projetos executivos.

Agenda

Amanhã os ministros irão se reunir com prefeitos, vereadores e secretários municipais da região, para debater as questões relacionadas aos projetos, e aproveitarão para conhecer os programas de desenvolvimento e crescimento da economia local. A agenda dos ministros deverá ser divulgada nesta segunda-feira, 28.

Visitas

Neri Geller, da Agricultura, vai conhecer os programas na área de agricultura, que estão em andamento e deverá analisar pedidos feitos pelo prefeito para liberar recursos que serão investidos em cadeias produtivas já definidas pelo governo municipal. Já Eduardo Lopes deverá visitar uma propriedade que já está produzindo peixes.

Ineditismo

Está é a primeira vez na história política da cidade que dois ministros de estado visitam a cidade simultaneamente, e a segunda vez que um representante do Governo Federal desembarca em Nortelândia. Na oportunidade, estarão presentes deputados federais, estaduais, senadores, entre outras autoridades.

Portabilidade do FGTS

A partir do mês que vem, quem quiser poderá realizar a portabilidade do FGTS, que é depositado na Caixa Econômica Federal, para outros bancos que ofereçam taxas mais atraentes. Na prática, será permitido ao cliente transferir a dívida para outra instituição financeira, sem ter nenhum custo por isso.

*Bastidores da Política

Nesta segunda

Depois de obter o apoio do próprio partido, o PMDB, o ex-juiz federal Julier Sebastião da Silva tem a missão de convencer as outras 11 siglas do arco de alianças governista a apoiar sua pré-candidatura a governador de Mato Grosso. Seu nome será apresentado oficialmente na reunião desta segunda-feira, 28.

Consolidação

Para consolidar sua candidatura, ele terá primeiro que desbancar os outros dois nomes também colocados no grupo – o vice-governador Chico Daltro (PSD) e o ex-vereador Lúdio Cabral (PT) – e obter o apoio do PT, PR, PSD, PROS, PC do B, PP, PSC, PRP, PEN, PTC e PSL. "Vou tentar convencê-los com muito diálogo", disse Julier.

Bases

Ele espera, também, obter apoio das bases peemedebistas. "Agora, é gastar sola de sapato para dialogar com os filiados ao PMDB e com os militantes de partidos aliados. Vamos também focar nas mídias sociais, ressaltando a força política de líderes como o governador Silval Barbosa, o deputado Carlos Bezerra e a presidente Dilma".

Dois estados

Em visita à região norte de Mato Grosso, o senador Pedro Taques (PDT) voltou a questionar a política de planejamento adotada que acabou deixando desamparadas as cidades do interior. Para ele, o governo parece ter se dividido em dois: "O Estado da copa, em Cuiabá, e o Estado do interior, sem prioridade para nenhum dos dois".

Interior

O senador afirmou que investimentos prometidos para o interior não foram cumpridos. "Infelizmente, essa é a realidade do nosso estado. O interior ficou abandonado em todas as áreas". As declarações foram feitas durante audiências públicas realizadas nas cidades como de Novo Mundo, Guarantã do Norte, entre outras.

Novos municípios

Os senadores começam a semana com a pauta de votação do Plenário do Senado trancada por quatro medidas provisórias. Todas já esgotaram o prazo de 45 dias para serem votadas, o que impede o exame da maioria das outras propostas legislativas. Um delas é a que contém regras para a criação de municípios.

Municípios

O projeto de criação de novos municípios, que está em regime de urgência e por isso também tem prioridade na análise, foi apresentado pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), como uma alternativa a uma proposta anterior (PLS 98/2002) integralmente vetada pela presidente Dilma Rousseff, em outubro de 2013.

Novo texto

A principal diferença no novo texto é o aumento do número mínimo de habitantes que uma nova cidade deve ter na maioria das regiões do País. Desta forma, para as regiões Sul e Sudeste o mínimo passou de 12 mil para 15 mil habitantes. Na região Nordeste é de 8,5 mil habitantes, no Centro-Oeste 6,5 mil.

Eleitor tem até o dia 7 de maio para tirar título

O eleitor que pretende tirar o título pela primeira vez ou pedir a transferência do documento para outro estado tem até o dia 7 de maio para fazer os pedidos à Justiça Eleitoral. O prazo também vale para pessoas com deficiência solicitarem transferência para seções adaptadas. O primeiro turno das eleições será no dia 5 de outubro. No site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) também é possível fazer o pré-atendimento, até o dia 2 de maio, antes de procurar os cartórios. O eleitor pode acessar a página Título Net, do TSE, ferramenta disponível para agilizar atendimento final, feito nos cartórios eleitorais. Após preencher os campos de identificação, o usuário deve comparecer ao cartório com a documentação exigida para concluir o atendimento e receber o documento.